

A pesquisa em políticas públicas e Educação Ambiental

Mauro Guimarães¹

Néri Olabbarriaga²

Sandro Tonso³

Resumo: Este artigo desenvolve as discussões realizadas no Grupo de Discussão de Pesquisas em Políticas Públicas e Educação Ambiental durante o V Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental. Afirma a importância desse campo emergente levantando questões pertinentes ao desenvolvimento de pesquisas na área.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas Públicas; Pesquisa Acadêmica.

Abstract: This article builds on the discussions carried out in the Public Policy and Environmental Education Research Discussion Group during the V Research Meeting on Environmental Education. It affirms the importance of this emerging field by raising issues relevant to research in the area.

Keywords: Environmental Education, Public Policies, Academic Research.

Este artigo é consequência e desenvolvimento das discussões realizadas no Grupo de Discussão de Pesquisas (GDP) em Políticas Públicas e Educação Ambiental durante o V Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), na Universidade Federal de São Carlos em 2009. Portanto, sem nos eximirmos de nossa responsabilidade de autoria, consideramos este texto fruto dessa rica discussão e reflexão coletiva ocorrida nesse espaço⁴.

¹ Pesquisador Doutor do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS), Professor do Programa de Mestrado em Educação (PPGEDuc). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: guimamauro@hotmail.com

² Pesquisadora Mestre do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato: neri_olabbarriaga@yahoo.com.br

³ Professor Doutor do Programa de Mestrado em Tecnologia (Educação Ambiental) e Pesquisador do Grupo de Educação Ambiental. Faculdade de Tecnologia - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Contato: sandro@ft.unicamp.br

⁴ Estiveram presentes durante os dois dias de discussão do GDP os seguintes educadores: Alex Navarro Vasconcelos, Ana Maria Marques Santos, Andréa Quirino de Luca, Antonio Vitor Rosa, Caroline Pinto de Oliveira Orsi, Caroline Vivian Gruber, Eunice Trein, Iby Montenegro, Jéssica do Nascimento Rodriguez, Karina Marette

As discussões do grupo foram motivadas pela leitura de um pré-texto inicial, pesquisado e produzido pelo Prof. Sandro Tonso, e foram incorporadas neste artigo. O pré-texto teve o objetivo de trazer algumas considerações sobre políticas públicas e Educação Ambiental e oferecer um campo de reflexões para que o Grupo de Discussão de Pesquisas em Políticas Públicas e Educação Ambiental no V EPEA pudesse se constituir num espaço de diálogo entre pesquisadores dessa área.

Nesse sentido, buscamos identificar as principais linhas de pesquisa em Educação Ambiental e políticas públicas, o estado da arte dessas linhas e o estímulo à criação e fortalecimento de grupos de pesquisadores visando à articulação entre essas linhas de pesquisa. Tal articulação estimula não só a produção de conhecimento como a própria ação da Educação Ambiental produzida e produtora de políticas públicas.

O contexto do campo de pesquisa

As emergentes “questões ambientais” não podem ser mais vistas e, portanto, observadas, compreendidas e enfrentadas como simples questões de desequilíbrios da relação “Ser Humano-Natureza”, ou seja, como se fossem constituídas por uma dimensão essencialmente técnica, cuja abordagem priorizasse, por exemplo, novos procedimentos e normas, novas tecnologias gerando eficiência energética, economia de recursos ou, ainda, destinação adequada de resíduos. As “questões ambientais”, por outro lado, se configuram num campo de conhecimento e ação claramente imbricado na complexidade da estrutura social, sendo definida e constituída por uma natureza socioambiental.

Essas questões socioambientais podem ser entendidas como essencialmente políticas, pois encerram um campo de tomadas de decisões e de relação entre pessoas e grupos sociais que estruturam a organização de cada sociedade.

Do mesmo modo, dada a natureza complexa e plural dessas questões, seu caráter público é intrínseco, no sentido de sua característica coletiva, de e

Strangueto, Lara Moutinho da Costa, Leni Bueno Monteiro, Leonardo Kaplan, Luiza Matos, Marcela Siqueira Farjana, Marcos Sorrentino, Maria Luisa Bonnazi Palmieri, Mauro Guimarães, Mônica Maria Lopes da Fonseca, Néri Olabarriga e Rodrigo de A.C. Lamosa. Não podemos deixar de registrar a importante participação do educador **Antonio Vitor Rosa**, que, além de ter atuado na organização do evento e ter dado suporte ao nosso grupo, participou ativamente das discussões e apresentou as considerações deste grupo na plenária final do V EPEA.

para toda a sociedade. As questões ambientais são complexas e exigem uma abordagem múltipla, coletiva e pública para seu enfrentamento.

É preciso compreender que a “questão ambiental”, ampliada como socioambiental, tem em sua dimensão política sua maior força e razão de ser. Portanto, fundamental é inseri-la nos campos de ação e produção de conhecimentos das Ciências Sociais, ao lado e com mesma força dos campos das Ciências “Exatas”, das Ciências “Naturais” e daquilo que concerne à produção de tecnologias.

Por outro lado, a questão ambiental, definida e compreendida por suas dimensões públicas e políticas, deve ter como meio prioritário de enfrentamento um processo educativo. Processo entendido numa perspectiva paulofreireana, como uma dinâmica por meio da qual as pessoas e comunidades constroem individual e coletivamente, na escuta dos outros e com os outros, seus saberes, seus afetos e suas visões de mundo (posicionamento político), o que passa por compreender o significado e a importância de saberes múltiplos. Desse modo, tal enfrentamento deve ser concebido numa perspectiva autônoma, coletiva e transformadora, da sociedade e dos próprios cidadãos. Educação não pode ser confundida com “instrução”, no sentido utilizado por Santos (1998), nem reduzida à transmissão de informações de caráter conteudista e/ou técnico, como se bastasse “ensinar o certo” às pessoas para resolver as questões ambientais, como já foi alertado por Guimarães (2004). A Educação de que se fala, no enfrentamento das questões socioambientais, não pode prescindir das 3 dimensões destacadas por Cinquetti e Carvalho (2004): o conhecimento, os valores éticos e estéticos e os valores políticos.

Parece ser essencial reconhecer que, frente à percepção das naturezas política, pública, educacional e socioambiental da chamada “questão ambiental”, a relação entre políticas públicas e Educação Ambiental deve ser “natural”, orgânica e objeto do fazer humano, seja pela dimensão da ação (sua permanente construção e reconstrução), seja pela dimensão da observação, análise e pesquisa acadêmica.

Portanto, Educação Ambiental e políticas públicas podem se articular, por exemplo, de diferentes formas, o que pode se constituir em diferentes e relacionados campos de pesquisa:

- Políticas públicas de Educação Ambiental: área que se ocupa das ações e pesquisas relacionadas com as políticas públicas específicas e explícitas de Educação Ambiental, como, por exemplo, a Lei Federal de Educação Ambiental (Lei 9795/99 e o Decreto 4281/2002), leis estaduais e municipais de Educação Ambiental;

- Educação Ambiental em políticas públicas: relacionada com a inserção da Educação Ambiental em outras políticas públicas, como, por exemplo, os procedimentos de Licenciamento Ambiental que determinam processos de Educação Ambiental ou mesmo políticas públicas na área de saneamento e resíduos e reconhecem seu caráter educador, relacionando-se, portanto, a processos de Educação Ambiental;
- Educação Ambiental para políticas públicas: trata de processos de Educação Ambiental que favorecem a autonomia e empoderamento de indivíduos e grupos para a construção de políticas públicas locais.

Na tentativa de aproximar os supostos abismos sobre o entendimento que estrutura e pode articular o diálogo entre esses três eixos é que nos debruçamos sobre o diferencial viabilizado pelo desenvolvimento e pela contribuição das pesquisas de EA para a construção das políticas públicas.

Inter-relações possíveis: pesquisas em políticas públicas, em Educação Ambiental e na questão ambiental

Diante do anteriormente exposto, uma visão panorâmica da produção de Grupos de Pesquisa cujo foco são as políticas públicas, a Educação/Educação Ambiental ou a questão ambiental (de modo geral) nos faz perceber que o campo, ainda que incipiente, pode nos mostrar lacunas e possíveis parcerias para a construção mais sólida de uma área de pesquisa específica das políticas públicas e Educação Ambiental.

Dessa forma, foram observadas algumas das principais produções recentes nos seguintes grupos e associações: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS; Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, pelo seu GT22 – Educação Ambiental. Da mesma forma, foram pesquisadas as produções de 3 publicações da área: a Revista Ambiente & Sociedade, nos seus 10 anos de publicações, as 5 edições da Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA) e a Revista do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) da FURG, nos seus 10 anos.

É relevante destacar que essas escolhas não tiveram um critério mais profundo que a disponibilidade de informações na Internet, por conta do pouco

tempo disponibilizado à construção do pré-texto preparatório aos trabalhos desenvolvidos pelo GDP em Políticas Públicas e Educação Ambiental.

ANPPAS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade

A ANPPAS promove encontros bianuais organizados em mesas-redondas e Grupos de Trabalho, dos quais um se dedica à Educação Ambiental (EA).

No primeiro encontro, ocorrido em 2002, em Indaiatuba (SP), uma das mesas-redondas tratou de “políticas ambientais” sem tratar especificamente de políticas públicas de Educação Ambiental. Porém, no GT8, “Sociedade do Conhecimento, Educação e Meio Ambiente”, coordenado pelas professoras Isabel Cristina Carvalho (EMATER/RS) e Lais Mourão Sá (UnB), a sessão 2 tratou especificamente de “Experiências locais, conflitos ambientais e políticas públicas”, relatando e analisando alguns casos envolvendo ações locais de Educação Ambiental, sem maiores análises sobre políticas públicas.

No segundo encontro, ocorrido em 2004, também em Indaiatuba (SP), o mesmo Grupo de Trabalho, então como GT10, apresenta, entre suas diversas temáticas, uma pesquisa envolvendo políticas públicas em Educação Ambiental: “AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS EM AÇÃO – MEIO AMBIENTE NA ESCOLA: um programa de Educação Ambiental do Ministério da Educação”, realizado por Patrícia Ramos Mendonça, então mestrande e técnica da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do MEC. Nos outros GTs e mesmo na apresentação de pôsteres, a questão das políticas públicas aparece somente em áreas correlatas, não especificamente com Educação Ambiental: em Turismo, História, Ambiente Urbano, Saúde, Conhecimento Local e Recursos Hídricos.

No terceiro encontro da ANPPAS, ocorrido em Brasília, em 2006, o mesmo GT não apresentou nenhum trabalho de pesquisa em políticas públicas e Educação Ambiental.

Finalmente, no encontro mais recente da ANPPAS, ocorrido em 2008, em Brasília, surgem no Grupo Temático 9, “Meio Ambiente, Sociedade e Educação”, alguns trabalhos de avaliação de políticas públicas de Educação Ambiental, seja no âmbito federal, seja em âmbito estadual. O programa de Coletivos Educadores do MMA é analisado por 3 trabalhos (“O COEDUCA na construção da transição paradigmática – uma reflexão sobre emancipação social e política pública”, “Educação ambiental para a gestão de bacias hidrográficas: uma análise da política de coletivos educadores na bacia do PARANÁ III”, “Coletivo educador ambiental de Campinas (COEDUCA): uma análise

preliminar de sua dinâmica interna de participação”), além de um trabalho sobre as diversas ações emanadas do Órgão Gestor da Educação Ambiental Federal (“Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil”). Da mesma forma, foram apresentadas pesquisas que analisaram ações resultantes de políticas públicas de Educação Ambiental, em âmbito estadual/municipal/local: “A educação ambiental como intervenção: aspectos para uma reflexão”, além de variadas pesquisas que analisam ações públicas de intervenção em EA, realizadas por ONGs e universidades.

Portanto, nos encontros da ANPPAS é nítido o crescente interesse nas políticas públicas de Educação Ambiental, aliado a uma sempre presente ocupação dos pesquisadores de outros GTs no relato e análise de diferentes políticas públicas ligadas ao Ambiente, de modo geral, o que sempre guarda proximidades com a dimensão educadora que uma ação política tem.

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

A ANPAE organiza desde a década de 80 o Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, sempre em parceria com universidades e, em particular, mais recentemente, com Pró-Reitorias de Pesquisa. Mesmo tendo as políticas públicas de Educação um dos seus eixos presentes nas pesquisas que são apresentadas nos simpósios, a questão ambiental não aparece e tampouco a Educação Ambiental.

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Analisando a produção apresentada nos últimos 10 anos na reunião anual da ANPOCS, temos a presença da temática ambiental em grupos, nem sempre presentes nas reuniões anuais, como de “Política Internacional”, “Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, “Processos e Movimentos Sociais” (numa sessão intitulada “Meio Ambiente e Movimentos Sociais”, discutindo políticas ambientais e relação Natureza-Sociedade) e “Conflitos Sociais e Meio Ambiente”.

Da mesma forma, um grupo de políticas públicas e outros de educação e sociedade ainda não incorporaram a dimensão ambiental nas suas pesquisas. Porém, o grupo de políticas públicas, apresentando sessões temáticas como “Questões conceituais e de método em políticas públicas”, “Estudos comparativos em políticas públicas” e “Esferas locais de poder e avaliação de políticas públicas”, poderia se tornar um excelente parceiro para o desenvolvimento de uma área de pesquisa em políticas públicas e Educação Ambiental, pela sua experiência metodológica e conceitual em políticas públicas.

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

“Com a crescente preocupação com degradação do Meio Ambiente, pesquisadores de todas as áreas começaram a voltar-se para estudo deste fenômeno e os educadores perceberam que esta temática também passava pela educação. Assim, já no início da década de 90 a dimensão ambiental na Educação começou a ser objeto de trabalhos acolhidos em vários dos GTs e GE da ANPEd. Com o aumento do número dos trabalhos voltados para a questão ambiental entrou em pauta, especialmente a partir de 1999, entre os pesquisadores associados à ANPEd a criação de um GE de Educação Ambiental. Na Reunião Anual de 2002 foi elaborado um dossiê demonstrando a produção científica na área, o que justificava a criação do GE de Educação Ambiental, ao qual foi atribuído o número 22. Este dossiê foi levado para a Assembléia pelas pesquisadoras Maria Julieta Calazans, Eunice Trein e pela então presidente da ANPEd, Nilda Alves. Foi então criado GE22 Educação Ambiental que foi coordenado pelo pesquisador Marcos Reigota (UNISO). Em 2004 o GE22 consolidou-se como GT22 Educação Ambiental, tendo como primeira coordenadora a pesquisadora Isabel Cristina [de] Moura Carvalho” (texto transcrito do *site* da ANPEd-GT22).

A partir de 2006 a coordenação foi exercida pela pesquisadora Hedy Silva Ramos de Vasconcellos, sendo substituída em 2008 pelo pesquisador Luiz Marcelo de Carvalho.

A ANPEd-GT22 tem agregado diversos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, que apresentam anualmente suas pesquisas em Educação Ambiental na forma de trabalhos e pôsteres. Tomando por base as listagens que estão no *site* do GT22 (www.univali.br/gt22), com dados ainda não atualizados, dos mais de 20 grupos de pesquisa em Educação Ambiental, as quase 20 linhas de pesquisa desenvolvidas pelos membros do GT22, há diversos grupos que realizam pesquisas em políticas públicas de Educação Ambiental, normalmente analisando experiências locais, estaduais ou federais. Nesses grupos desenvolvem-se trabalhos que refletem sobre os conceitos fundadores de determinadas políticas de EA ou de políticas educacionais e sua relação com a Educação Ambiental, assim como sobre as necessárias fundamentações para construir políticas públicas de modo efetivamente participativo, fazendo com que o “público” não se separe da dimensão pública das políticas de Estado.

Revista AMBIENTE & SOCIEDADE

Uma busca nos 10 anos de publicações da Revista Ambiente & Sociedade pelas palavras “política”, “pública”, “política pública” e “educação”, seja nos títulos de artigos ou nas palavras-chave que os autores atribuem aos seus

trabalhos, resultou em dois trabalhos. O primeiro, de Lúcia Costa Ferreira, “Sustentabilidade de Democracia no Poder Local”, analisando as políticas públicas locais de meio ambiente, sem uma menção específica sobre Educação Ambiental, mas, como já mencionado, com ótimos indícios para análises do caráter educador de uma política pública. O segundo, de Agripa Faria Alexandre, “Os Ecologistas sabem fazer política?”, apresentando a contribuição dos ecologistas (normalmente ligados a ONGs) na formulação de políticas públicas na área ambiental como o que Santos (2006) chama de “novíssimo movimento social”, num processo de formação mútua entre Estado e movimentos sociais.

Revista do Mestrado em Educação Ambiental – FURG

São 10 anos de edições, nas quais as políticas públicas relacionadas à Educação Ambiental foram objeto de estudo em diversos números: a análise das políticas públicas de EA, em especial da execução da Lei 9795; o estudo de construção de ações de Educação Ambiental em parceria entre o Estado e a sociedade civil em âmbitos locais.

Mais recentemente, aparecem os primeiros ensaios contendo análises sobre as políticas públicas de Educação Ambiental com um olhar mais amplo, não só de uma ou outra lei ou ação específica.

Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)

Essa não é uma revista dedicada formalmente à pesquisa, porém, quando surgiram, a maior parte das pesquisas referentes a políticas públicas que foram relatadas tem como foco a análise das próprias leis e programas oficiais de Educação Ambiental, incluindo-se as pesquisas sobre a Lei 9795/99, sobre o ProNEA, sobre as Com-VIDAS e Coletivos Jovens de Meio Ambiente, sobre a Agenda 21, sobre a implementação dos Centros de Educação Ambiental e outras leis de âmbito local ou diretrizes políticas de uma ou outra cidade.

Um exemplo que se diferencia é uma pesquisa que visa à formulação de política pública de Educação Ambiental no âmbito do ensino superior: uma análise do que se faz de Educação Ambiental no ensino universitário, visando à construção de uma política de ambientalização das universidades nas suas mais diversas frentes de ação (OLIVEIRA; FARIAS; PAVESI, 2008).

Por fim, no seu número mais recente, no Editorial, a revista traz uma rápida reflexão sobre as políticas públicas não serem somente realizadas por governos, nos fazendo pensar sobre o controle social participativo e o papel que a sociedade civil pode desempenhar nas criações, efetivações e avaliações das políticas públicas.

Inquietações possíveis e caminhos a seguir

Nestes últimos anos, as ações que se inserem no campo das políticas públicas e Educação Ambiental são múltiplas, seja no âmbito federal, seja nos diversos âmbitos estaduais e municipais. A implantação de atividades decorrentes da Lei 9795/99 e do Decreto 4281/02, principalmente com a implementação de diversas atividades ligadas ao Órgão Gestor da Educação Ambiental em nível federal, ofereceu ao campo da pesquisa inúmeras ações cujas bases conceituais são claramente explicitadas, e as práticas delas decorrentes estão em plena fase de maturação, passíveis, portanto, de um olhar acadêmico, produtor de novos conceitos e práticas numa perspectiva praxiológica.

Alguns pesquisadores têm se debruçado sobre o tema específico (entre tantos pesquisadores: Carlos Frederico Loureiro, Haydée Torres de Oliveira, Hilário Fracalanza, Luiz Marcelo de Carvalho, Marcos Reigota, Marília Tozoni-Reis) e dessas pesquisas surgem, entre outras, as seguintes questões de investigação:

- Quais efetivas concepções de Estado, de políticas públicas, de Educação, de Ambiente e, portanto, de Educação Ambiental emanam dessas atividades realizadas nos últimos anos?

- Qual o papel do Estado e sua relação com a Sociedade na construção, implementação e avaliação das políticas públicas de Meio Ambiente e de Educação Ambiental?

- Como avaliar essas políticas públicas de Educação Ambiental? Quais parâmetros utilizar? Como construir indicadores? Quais ainda são válidos? Como não cairmos em contradições conceituais se utilizamo-nos de indicadores nascidos de uma prática educacional contra a qual estamos, politicamente, nos posicionando?

- Como avaliar o poder das ações de uma Educação Ambiental Crítica em sua capacidade de ajudar a construir novas políticas públicas tanto na área ambiental quanto na própria área da Educação Ambiental?

Observações preliminares

Este texto não teve nenhuma pretensão de conseguir abarcar todas as pesquisas e pesquisadores que têm se dedicado ao tema das políticas públicas e Educação Ambiental. Esses trabalhos estão dispersos em dezenas de âmbitos, os mais diversos e múltiplos, e, seguramente, este pequeno esforço deve ter mais lacunas que as poucas observações realizadas.

Uma observação se faz, portanto, necessária: dada a emergência da questão socioambiental e dada a efervescência de ações no campo das políticas públicas ambientais e de Educação Ambiental, é preciso continuar este esforço de reunir e incentivar pesquisadores em políticas públicas e Educação Ambiental de modo a permitir a troca e o aprofundamento de olhares e a construção de novos paradigmas, indicadores e visões sobre o campo em questão. Em todos os âmbitos de encontros de educadores ambientais e pesquisadores na área, é indispensável que este tema esteja presente em discussões, seja do âmbito acadêmico, seja do âmbito das práticas sociais e do Estado.

Considerações construídas no debate

Referendando os indícios levantados nesta pesquisa exploratória e panorâmica de ser este um campo em formação, no contexto do coletivo que participou das reflexões deste GDP, constatou-se que poucos presentes tinham uma experiência direta de pesquisa na confluência entre Educação Ambiental e políticas públicas. Porém, manifestou-se um grande interesse pela temática, demonstrada pela grande participação (quantitativa e qualitativa) nas discussões ao longo dos dois dias. Desta feita, o coletivo considerou de grande relevância a realização do GDP, que foi estreante no V EPEA, e a sua continuidade nos próximos EPEAs, como forma de incentivo a novos pesquisadores para a área e consolidação deste como um importante campo de pesquisa.

Diante da realidade embrionária deste universo temático no campo da pesquisa em Educação Ambiental e na perspectiva de incentivo à consolidação do campo, o grupo considerou significativo levantar algumas questões de estudo pertinentes a essa interlocução entre políticas públicas e Educação Ambiental, as quais possam vir a problematizar a construção de pesquisas que venham a se inserir nesse universo.

Considerou-se fundamental para a pesquisa da EA nesta área uma discussão *a priori* dos sentidos de Estado e, conseqüentemente, de políticas públicas. Iniciar pensando as concepções de Estado nos obriga a refletir sobre qual Estado e quais políticas públicas, que materializam concepções subjacentes, referimos e almejamos. Com a clareza dos sentidos referenciados, sustenta-se um nexos de coerência com a concepção de Educação Ambiental que permeia o processo de pesquisa. Nesse caso, observa-se um pressuposto para o campo de pesquisa de uma EA crítica que esteja presente em uma discussão sociopolítica, que instrumentalize a compreensão-ação de qualquer que seja o objeto de estudo.

Outro conceito fundamental para esse universo temático é a discussão sobre o entendimento da própria constituição da sociedade civil dentro de sua multiplicidade de interesses e segmentos representativos, que pode favorecer a compreensão de políticas públicas e a priorização de segmentos contemplados/favorecidos por elas e, conseqüentemente, dos excluídos delas.

Nesta discussão, percebe-se que a sociedade civil está mesclada de interesses e desigualdades sociais que, se não informados ou velados, esvaziam o discurso e a pressão frente à construção dessas políticas públicas. O Estado é permeado por disputas e o próprio campo da EA não está isento destas. É preciso, no ato da pesquisa, estar atento ao fato de que existem gestores, lideranças, segmentos societários de diferentes posicionamentos frente às demandas sociais e pessoais dentro da universidade, que também não é única e homogênea. Essas disputas nos remetem às posições ocupadas (e hegemônicas) na sociedade e que nos impedem muitas vezes de construir consensos em definições de políticas e parcerias de fortalecimento para a sua criação. Para isso é preciso que se exponham as diferenças, e aqui se mostram pertinentes objetos de pesquisa que podem ajudar a construir a compreensão dessas realidades e seus problemas socioambientais.

Algo que precisa ser considerado é que muitos dos estudos de caso realizados no campo da Educação Ambiental recaem sobre os contextos e as conseqüências das políticas públicas empreendidas e/ou de suas ausências. Porém, tais vínculos entre os casos concretos e as políticas públicas não estão sendo integralmente explicitados e debatidos, o que parece ser uma importante lacuna a ser preenchida pela pesquisa nesse campo.

Diante destas primeiras considerações inconclusas, o grupo considerou pertinente reforçar e explicitar algumas questões que levantem caminhos investigativos e de reflexão para o pesquisador na área. É preciso perceber o papel a ser exercido pela comunidade acadêmica nessa relação Estado-Sociedade. Como aproximar os supostos “abismos” que distanciam o diálogo entre pesquisa e os contemplados por políticas públicas (quando são os desfavorecidos na sociedade)? Seria o caso de se entender a pesquisa de EA em uma função mediadora das políticas públicas investigadas? Numa visão de uma pesquisa “engajada” de EA, como o processo de pesquisa interfere na formulação/execução de políticas públicas? Isso se daria pela construção do diálogo no ato da pesquisa entre os atores investigados? Pela instrumentalização para a ocupação e ampliação dos espaços de participação (câmaras técnicas, comitês de gestão, entre outros) por esses atores? Nessa concepção de pesquisa, não há uma imbricação pesquisador-educador? Todas essas questões não nos

remetem à questão basilar: qual Educação Ambiental referenciamos em nossas práxis de pesquisadores-educadores?

Parece impossível avançar nesta discussão sem antes definir de quais educações ambientais se está falando e, principalmente, sem conhecer a realidade à qual nos reportamos e suas necessidades. Esses são pontos estruturantes e que devem balizar o desenvolvimento e a contribuição das pesquisas de EA para a construção das políticas públicas. A avaliação e a intencionalidade crítica devem ser dimensionadas pelos objetivos originários, assim como seus indicadores, construídos no processo, se voltam para a inclusão, constituídos pela participação dos diferentes segmentos em vulnerabilidade socioambiental, de modo que se referencie uma possível interlocução desse universo temático de pesquisa com a construção política de uma realidade socioambientalmente sustentável.

Inconclusões

Sem a menor pretensão de apresentarmos algo conclusivo, principalmente por se tratar de um campo em formação, queremos, entretanto, demarcar a importância da consolidação dessa área de pesquisa para a educação ambiental.

O enraizamento da EA na sociedade brasileira tem como um de seus caminhos possíveis a implantação de políticas públicas que a efetivem no cotidiano de cada um de nós e nas práticas sociais. A disputa na sociedade para dar relevância à EA como uma prática social capaz de contribuir para a transformação desta realidade em crise passa pela construção de referenciais teórico-práticos que ajudem os cidadãos a construir suas identidades, reconhecendo-se como sujeitos individuais e coletivos capazes de atuar na esfera política, onde são gestadas as políticas públicas implementadas pelo Estado. Incentivar novos valores, criar novos modos de produzir e consumir, inverter prioridades, alterar relações de poder requer uma práxis (conhecimento e atuação) política de embate hegemônico que deve se espalhar por todos os cantos e campos. A pesquisa em Educação Ambiental, vista na sua perspectiva crítica, se dá engajada nos processos de transformação da realidade socioambiental. Portanto, a área de pesquisa da Educação Ambiental e das políticas públicas, em interlocução com as outras áreas do campo da Educação Ambiental, se mostra fundamental e com forte demanda por sua consolidação.

Como autores deste artigo, esperamos dar voz aos anseios coletivos presentes neste Grupo de Discussão e Pesquisa. Que seja a contribuição para que

o desenvolvimento dessa área esteja entre os focos de nossa política acadêmica e do fazer de pesquisadores comprometidos como sujeitos coletivos.

Referências

CINQUETTI, Heloisa Chalmers Sisle; CARVALHO Luiz Marcelo de. As dimensões dos valores e da participação política em projetos de professoras: abordagens sobre os resíduos sólidos. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 10, n. 2, p. 161-171, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. *A Formação de Educadores Ambientais*. Campinas: Papirus, 2004.

OLIVEIRA, Haydée Torres de; FARIAS, Carmen R. O.; PAVESI, Alessandra. Educação ambiental no ensino superior brasileiro: caminhos percorridos e perspectivas para políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, n. 3, p. 91-101, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *A técnica em nossos dias: a instrução e a educação*. Brasília: ABMES, 1998. (ABMES Cadernos, 1).

Artigo recebido em 29/11/2010 - aprovado em 25/12/2009